

lativos na gestão da flora e vegetação. O caso do planalto central da serra da Estrela», M. L. Carvalho, Pedro Ivo Arriegas e João Alves, in *Conservar a Estrela — Actas do 2.º Seminário Técnico sobre Conservação da Natureza na Reserva Biogenética do Planalto Central da Serra da Estrela*, Manteigas, 1994. «Habitats naturais em Portugal — Conceito e importância para a conservação da natureza. Integração nos mecanismos legislativos internacionais», João Alves, *Correio da Natureza*, vol. 18, pp. 30-34, 1994, e *Cadernos de Conservação*, n.º 1, Fevereiro de 1995, A. E. C. N. — MARN. «Os jardins botânicos e o estabelecimento de pontes entre estratégias complementares de conservação dos recursos genéticos vegetais — Enquadramento comunitário e internacional», João Alves, *Actas do III Simpósio da Associação Ibero-Macaronésica de Jardins Botânicos*, Horta, 1995. «A conservação *in situ* como instrumento de conservação dinâmica da biodiversidade (sementes para um debate), João Alves, Irene Modesto e Marta Mira, *Actas da II Conferência Técnica sobre Recursos Genéticos Vegetais*, Braga, 1996. Relatório da participação portuguesa na Conferência Técnica Internacional sobre Recursos Genéticos Vegetais, organizada pela FAO, em Leipzig, de 17 a 23 de Junho de 1996, L. Gusmão, E. Bettencourt, J. Alves, C. Godinho, C. Varela e L. Pereira, em publicação no *Correio da Natureza*, ICN. «Spontaneous and cultivated mediterranean plants with landscape and cultural importance in Portugal», João Alves, Irene Modesto e Luís Gusmão, *Proceedings of a Meeting Held from 7 to 9 November 1996*, in Naples, Italy. «Neglected plant genetic resources with a landscape and cultural importance for the mediterranean region». «Habitats naturais e seminaturais de Portugal continental — Tipos de habitats mais significativos e agrupamentos vegetais característicos», João M. S. Alves, M. Dalila Espírito Santo, José C. Costa, Jorge H. Capelo Gonçalves e Mário F. Lousã, Lisboa, ICN, 1998. «Cartografia da vegetação natural e seminatural do território continental português», relatório final de projecto, co-financiado pelo LIFE, ICN, Lisboa, 1999. «Infestantes ambientais no Parque da Pena (Sintra)», em co-autoria com M. Cristina Duarte, João Monjardino e Ilídio Moreira, aceite para publicação nos *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, 2003. «Infestantes ambientais no Parque da Pena (Sintra)», em co-autoria com M. Cristina Duarte, João Monjardino e Ilídio Moreira, aceite para publicação, em 2003, pelos *Anais do Instituto Superior de Agronomia*.

MINISTÉRIO DO TURISMO

Instituto de Turismo de Portugal, I. P.

Despacho n.º 715/2005 (2.ª série). — Por despacho do conselho directivo do ITP — Instituto de Turismo de Portugal, I. P., de 22 de Dezembro de 2004:

Maria Rita da Mota Veiga Cardo de Carvalho — autorizada a nomeação como assistente administrativa principal do quadro de pessoal do ITP. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

29 de Dezembro de 2004. — O Conselho Directivo: (*Assinaturas ilegíveis*.)

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho n.º 716/2005 (2.ª série). — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, prevê no seu artigo 2.º, n.º 4, conjugado com o artigo 21.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia, designadamente de chefe de divisão, é efectuado por escolha de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo adequadas ao exercício das respectivas funções;

Considerando que a Dr.ª Maria Sofia Trindade Ramos de Jesus Salvação Barreto corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e que a mesma detém as características especificamente adequadas ao exercício do cargo de chefe da Divisão de Documentação e Informação Jurídica do Supremo Tribunal de Justiça;

Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, determino o seguinte:

1 — É nomeada chefe da Divisão de Documentação e Informação Jurídica a Dr.ª Maria Sofia Trindade Ramos de Jesus Salvação Barreto.

2 — O presente despacho produz efeitos à data do despacho de nomeação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2004. — O Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, *Jorge Alberto Aragão Seia*.

Nota curricular

de Maria Sofia Trindade Ramos de Jesus Salvação Barreto

Nome — Maria Sofia Trindade Ramos de Jesus Salvação Barreto.

Data de nascimento — 22 de Dezembro de 1967.

Formação académica:

Licenciada em História pela Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões (1986-1990), com a média final de 15 valores; Pós-graduação em Ciências Documentais, variante Bibliotecas e Documentação, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1992-1994) com a média final de 14 valores; Mestranda em Estudos de Informação e Bibliotecas Digitais no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (2002-2004) — parte escolar concluída em 2002-2003.

Actividade profissional:

Divisão de Documentação do Ministério da Defesa Nacional: condensação/indexação da documentação apresentada nas «Jornadas de Defesa Nacional — Anos 90» — de Setembro de 1990 a Fevereiro de 1991;

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Defesa Nacional: pesquisa para elaboração de bases de dados no âmbito da defesa nacional — de Março a Setembro de 1991;

Comissão Portuguesa de História Militar: organização de colóquios nacionais de história militar; preparação das participações portuguesas nos colóquios internacionais de história militar; compilação e organização das actas dos colóquios internacionais de história militar; compilação e organização das actas dos colóquios atrás referidos — de Outubro de 1991 a Abril de 1995;

Centro de Documentação e Informação do Ministério da Defesa Nacional — de Abril de 1995 a Novembro de 2003 — gestão corrente do CDI; representação da coordenadora nas suas ausências e impedimentos; contacto directo com o secretário-geral do MDN, com os gabinetes ministeriais e gabinetes CEMGFA; participação em reuniões de chefia; apresentação ao Ministro da Defesa Nacional dos projectos e actividades do CDI, em reunião de chefias da Secretaria-Geral, em Julho de 2001;

Supremo Tribunal de Justiça — Dezembro de 2004 — chefe da Divisão de Documentação e Informação Jurídica, em comissão de serviço:

Recrutamento e selecção de técnicos BAD — reorganização funcional dos recursos humanos;

Reestruturação do acervo e nova organização documental da Biblioteca;

Supervisão da organização do arquivo histórico;

Supervisão da base de dados bibliográfica: continuação da informatização do acervo e respectiva figuração dos registos em www.dgsi.pt;

Supervisão da base de dados de jurisprudência: eliminação do suporte de papel na transferência de documentos/acórdãos para o Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça e para os juizes assessores e posterior transferência para www.dgsi.pt;

Projecto de uniformização e disponibilização em www.dgsi.pt dos acórdãos de fixação de jurisprudência;

Projecto de disponibilização *on line* das novidades da Biblioteca.

Despacho n.º 717/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 1 e na alínea b) do n.º 6 do artigo 18.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, nomeio em comissão de serviço, precedendo concurso, a Dr.ª Maria Teresa Rodrigues Roque Alexandre para o cargo de directora de serviços Administrativos e Financeiros do Supremo Tribunal de Justiça. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2004. — O Presidente, *Jorge Alberto Aragão Seia*.

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LISBOA

2.º Juízo

Anúncio n.º 7/2005 (2.ª série). — Anabela Piloto Araújo, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, faz saber que corre neste Juízo termos a acção administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos, interposta em 14 de

Setembro de 2004 e autuada sob o n.º 2095/04.9BELSB, em que são autores:

António Duarte e Duarte Chagas;
António Jorge Miquelino da Silva;
Carlos Augusto Veloso Portela;
Catarina Celeste da Costa Fazerres;
Gabriela Costa da Palma Martins;
Isaura Revés Deodato;
Jorge Manuel de Matos Carvalho;
José Joaquim de Carvalho Botelho;
Manuel d'Assunção Casalta;
Manuel José Marques Montargil;
Manuela Maria Palma Nobre Semedo Tenazinha;
Maria da Graça Semedo Dias Chambel;
Maria de Fátima Tavares Pequeto Valente;
Maria Dina da Fonseca Lopes Ferreira;
Maria Elvira Sota Branco Gomes de Sousa Maia;
Maria José da Silva Lima;
Maria Lúcia Gonçalves Lopes;
Maria Olímpia Correia Colaço;
Maria Rosa Pereira Correia;
Maria Sílvia Chichorro de Medeiros da Silva Torres;
Mariana Raquel Tareco Zorrinho Vieira Lima;
Olga Maria Barreto Gomes;
Paulo António Freire Rebelo Ferreira;
Rui Luís Esteves Raposo;
Teresa Maria Braz Dias Frias;
Wanda Maria Coutinho Morais Silva;

e entidade demandada o Ministério da Justiça, na qual são formulados os seguintes pedidos:

- Anulação do despacho da Ministra da Justiça de 30 de Março de 2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 20 de Abril de 2004, o qual autorizou e homologou a abertura do concurso para atribuição de licenças de instalação de cartório notarial ao abrigo do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro;
- Condenação do réu à adopção dos actos administrativos e operações legalmente devidos, bem como os necessários para reconstituir a situação que existiria se o acto não tivesse sido praticado, quer à reparação dos gravíssimos danos materiais e morais resultantes da actuação administrativa.

Faz ainda saber aos interessados, a quem possa directamente prejudicar ou que tenham interesse legítimo na manutenção do acto impugnado, que dispõem do prazo de 15 dias para se constituírem como contra-interessados no processo e que, uma vez expirado aquele prazo, os que como tal se tenham constituído se consideram citados para contestar no prazo de 30 dias, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 83.º, n.ºs 1 a 5, do Código de Processo dos Tribunais Administrativos.

Vêm como contra-interessados:

Ana Alice Ribeiro Gomes, notária, Avenida do Marechal Teixeira Rebelo, 35, 2.º, direito, 1500-425 Lisboa;
Ana Carla Moreira Maio, auditora, Rua de Bernardo Marques, 11, Casas Velhas, Monte de Caparica, 2825 Caparica;
Ana Cristina Bento Rolo, notária, Quinta da Estrela, lote 5, 10.º, B, 3030-250 Coimbra;
Ana Filipa Ferreira Maio de Menezes Falcão, notária, Rua de Vila Verde, 31, entrada 3, 2.º, esquerdo, 4420 Valbom, Gondomar;
Ana Isabel de Almeida Veríssimo, auditora, Rua de Francisco Marchã, 18, 7370 Campo Maior;
Ana Luísa de Melo Pereira Guerreiro, auditora, Rua do Doutor Francisco Lucas Pires, 65, 1.º, B, 3030 Coimbra;
Ana Margarida Jacob Moreira, notária, Rua do Sorraia, lote 11, bloco A, 1.º, esquerdo, Cobre, 2750-777 Cascais;
Ana Maria Maia Taborda, notária, Rua das Remangas, 58, 2645-077 Alcáideche;
Ana Maria Monteiro Correia Marques Tavares, notária, Avenida de 25 de Abril, 69, 6440-111 Figueira de Castelo Rodrigo;
Ana Paula Garrido de Oliveira, auditora, Rua do Mestre Rodrigo, 12, Vale Figueira, 2815-863 Sobreda da Caparica;
Anabela dos Santos de Aguiar Pinto, notária, Rua de Amélia Rey Colaço, 22, 6.º, esquerdo, Carnaxide;
Ángela Maria Guerreiro Relvas, auditora, Rua de Antero Nobre, 18, 2.º, esquerdo, 8700 Olhão;
António Alfredo Moutinho Águia de Moura, notário, Rua do Infante D. Henrique, 225, Mindelo, 4480 Vila do Conde;
António José Alves Soares, notário, Rua da Fonte, 1, Paredes, 3360-136 Oliveira do Mondego;
António José Machado Nunes da Costa, notário, Rua de Oliveira Maros, A, 3000-305 Coimbra;

António Maria Caldeira Laboreiro de Villa-Lobos, auditor, Rua de Horácio Macedo, 20, 7050 Montemor-o-Novo;
António Pedro Monteiro Correia Marques Tavares, notário, com domicílio profissional no Largo de Gago Coutinho, 7160 Vila Viçosa;
Ardechir Cae-Cobade Rostom, notário, Avenida de Miguel Bombarda, 108, 2.º, direito, Queluz;
Carla Cristina Soares, notária, Rua do Passeio de Levante, lote 4.23.02.C, Vila Expo, 1990-391 Moscavide, Loures;
Carlos Henrique Ribeiro Melon, notário, Urbanização da Portela, 128, 12.º, direito, Portela de Sacavém, 2685-219 Portela LRS;
Carlos José Albardeiro Barradas, auditor, Rua da Cidade de Portimão, 68, 1.º, direito, 2870-262, Montijo;
Carlos Manuel da Silva Almeida, notário, Rua de Alexandre Cabral, 12, 4.º, esquerdo, Unidade Residencial do Alto de Terceira, 2745-898 Queluz;
Catarina Sofia Martins Costa Silva, auditora, Praceta de Angelina Vidal, 5, 8.º, direito, Amora;
Delfim Manuel Letra de Oliveira, auditor, Móveis Janete Ratiço, 5090 Murça;
Dionísia Maria de Mendonça Machado de Araújo Carvalho Rodrigues, notária, Rua do Marquês de Marialva, 11, 4.º, esquerdo, 3060-184 Cantanhede;
Eduardo Marques Fernandes, auditor, Rua de Castelo Branco Saraiva, 90, 1.º, direito, 1170-084 Lisboa;
Eliane Sousa Vieira, auditora, Rua da Quinta de Betunes, 23, rés-do-chão, esquerdo, 8100-616 Loulé;
Fernando Jorge Maia Guedes Ribeiro, notário, Rua do Regimento de Infantaria Dois, lote 5, 2.º, B, 8600-566 Lagos;
Francisco José de Moura Sucena, notário, Praceta de São Pedro, 1, 4.º, direito, Portela, Loures;
Georgina Maria Inácio Martins, auditora, Avenida de Paul Harris 12, 5.º, B, Ranholas, Vale Flores, 2710-724 Sintra;
Isabel Catarina Portela Guimarães Neto Ferreira, notária, Avenida do Engenheiro Arantes e Oliveira, 6, 7.º, C, 1900-222 Lisboa;
Isabel Maria Raimundo de Oliveira Filipe Batista Marques, notária, Rua do Marquês de Pombal, 16, Entrocamento;
Ivone Maria Vieira Xavier Botelho Antunes, auditora, Estrada de Leceia, 26, 2745-504 Barcarena (Oeiras);
João António Pinto Diniz Ferreira, notário, Avenida de 25 de Abril, Edifício Navegador, 12-D, 2750 Cascais;
João Carlos Cristóvão de Maia Rodrigues, auditor, Quinta da Balseira, Banhos Secos, Santa Clara, 3040-028 Coimbra;
Joaquim António Barata Lopes, notário, Estrada das Malhadinhas, Lentisqueira, Foros de Salvaterra, Salvaterra de Magos;
Joaquim Manuel Mendes Lopes, notário, Alameda dos Oceanos, lote 3.15.03.D, 4.º, C, Parque das Nações, 1990-197 Lisboa;
José Fernando Correia Pereira, notário, Rua de Jorge Alexandre Batalha Ferreira, 5, 11.º, direito, 2695-049 Bobadela;
Júlia Maria Mateus da Silva, notária, Rua de Soeiro Pereira Gomes, 1, 5.º, A, Lisboa;
Lucinda do Rosário Bernardo Martins Gravata, auditora, Rua de Alberto Costa, 3, 1.º, B, 2745 Barcarena (Oeiras);
Luís Germano Beato de Oliveira Meruje, notário, Urbanização Tapada de São Bento, lote 18, 7250-000 Alandroal;
Luíza Maria de Carvalho Vieira, notária, Praceta de João de Deus, 3, 9.º, esquerdo, 2790-088 Carnaxide;
Manuel João Simão Braz, notário, Avenida do Infante D. Henrique, 34, 5340-204 Macedo de Cavaleiros;
Margarida Maria Nunes Correia Pinto Regueiro, auditora, Rua da Igreja da Areosa, 92, 1.º, direito, 4200 Porto;
Margarida Rosa Molarinho de Brito Simão, auditora, Rua de Angola, 33, 3.º, direito, 8800 Vila Real de Santo António;
Maria Alexandra Canotilho Teixeira Ribeiro Carvalho, notária, Rua de Teófilo Braga, 31, 2.º, direito, 3000 Coimbra;
Maria Cistina dos Reis Santos, notária, Vilar Seco de Lomba, Vinhais;
Maria de Fátima Barbosa Fidalgo Correia, notária, Quinta da Veiga, lote 57, 5000-522 Vila Real;
Maria de Fátima Pestana Ribeiro Carvalho Ferreira, auditora, Avenida de 25 de Abril, lote 12, C, 3.º, direito, 3050 Mealhada;
Maria de Jesus Folgado Leal Prudente, notária, Rua de Diogo de Arruda, 22, 2.º, direito, 2300 Tomar;
Maria do Céu dos Santos Fernandes Garcia, notária, Avenida do 1.º de Maio, 46, 1.º, F, 2825-337 Costa da Caparica;
Maria de Fátima Fernandes Ramada de Sousa, notária, Rua das Tílias, 86, Urbanização Jardins da Parede, Cascais;
Maria Gabriela Diniz da Fonseca Nunes Pimentel, notária, Rua de Diana de Liz, 39, 7000-871 Évora;
Maria Helena Varandas Afonso Nogueira, notária, Rua de Moscavide, lote 4.34.01.B, 3.º, B, Parque das Nações, 1900-169 Lisboa;

Maria Isabel Martins Nunes Tiago, notária, Rua de Tomás da Anunciação, 66, 1.º, Lisboa;

Maria Isabel Rito Buco, notária, Rua de João Domingos Duarte, 5, Pintéus, 2660-170 Santo Antão do Tojal;

Maria Joana Goulão Machado, notária, Rua do Doutor Santos Rocha, 48, 3.º, esquerdo, 3030-206 Coimbra;

Maria José Gonçalves Maximino, auditora, Bairro do Sol, 8, 5070-018 Alijó;

Maria Lucília Ferreira Antunes Martins, notária, Rua do Progresso, 4, Carvalhais de Baixo, 3040-182 Coimbra;

Maria Margarida Martins Craceiro Mourão, auditora, Rua de Amélia Rey Colaço, 2, 2.º, esquerdo, 2685-183 Portela LRS;

Maria Marta de Matos Ferreira Chalaça das Neves, auditora, Rua de Vasco da Gama, 12, 9.º, direito, Urbanização do Infantado, 2670 Loures;

Maria Raquel Menezes Ribeiro Bravo Cardoso, auditora, Urbanização Cabeço de Maria, 13, 6290-522 Gouveia;

Maria Teresa Araújo Leite, notária, Avenida da República, 30, 5.º, direito, 1050-193 Lisboa;

Nuno Manuel Santos Louro, conservador, Rua da Salmoura, 13, 2925 Vendas de Azeitão;

Patrícia Gonçalves, auditora, Avenida de 25 de Abril, lote 69, 4.º, direito, Ramada, 2620-184 Odiveelas;

Paula Cistina Baptista Valentim, notária, Quinta dos Telheiros, lote 31, 1.º, direito, São Vicente, 2200 Abrantes;

Paula Cristina Rocha Teixeira de Oliveira Sobreiros, notária, Rua de Condeixinha, 16, 3150-132 Condeixa-a-Nova;

Paula Cristina Silva Leite, auditora, Rua do Visconde de Ovar, 225-A, 1.º, 3880-272 Ovar;

Pedro Alexandre Barreiros Nunes Rodrigues, notário, Rua das Amendoeiras, lote 5, 3.º, Lombos Sul, 2775-641 Carcavelos;

Pedro Miguel Neto Patrício, auditor, Rua do Marquês de Pombal, 64, 3070-327 Mira;

Raquel Salgueiro Palma Dorotêa, auditora, Rua do Prof. Salazar de Sousa, 16, 3.º, esquerdo, 1750-233 Lisboa;

Ricardo Nuno Carvalho da Fonseca Santos, auditor, Travessa da Rua do Padre Manuel da Nóbrega, lote 8, 5.º, esquerdo, 3000-353 Coimbra;

Rita Lança Moreira de Magalhães, auditora, Rua de Garcia de Horta, 26-B, 5.º, direito, 2800 Almada;

Rui Jorge da Fonseca Lopes, auditor, Rua de Jorge Anjinho, Urbanização Casal da Eira, lote 5, 2.º, frente, 3030-329 Coimbra;

Rui Manuel Justino Januário, auditor, Rua de Cesário Verde, 8, 7.º, esquerdo, 2670-527 Loures;

Sandra Cristina Vieira Ramos Neves de Oliveira Monteiro Brás, auditora, Avenida de 25 de Abril, lote 100, 2.º, direito, 2620-186 Ramada;

Sandra Filipa da Costa Carvalho Mancilha, auditora, Largo da Rainha Santa Isabel, Edifícios Presépio, bloco A, 2.º, direito, 2580 Alenquer;

Sónia Marisa Pires Vala, auditora, Rua do Prof. Reinaldo dos Santos, 5, 9.º, esquerdo, 1500-501 Lisboa;

Susana Olinda Machado Mendes, auditora, Rua de Nossa Senhora do Tojo, 2, Sentieiras, 2230-839 Fontes ABT;

Teresa Isabel Batista Mendes Nóbrega, notária, Estrada Nacional n.º 259, 26, 7900-234 Figueira dos Cavaleiros, Ferreira do Alentejo;

Vitorino José Marques Martins de Oliveira, notário, Alameda dos Oceanos, lote 4.49.01.B, 4.º, I, 1990-212 Lisboa.

23 de Dezembro de 2004. — A Juíza de Direito, (*Assinatura ilegível*). — O Escrivão de Direito, (*Assinatura ilegível*).

TRIBUNAL DE CONTAS

Gabinete do Conselheiro Presidente

Despacho n.º 718/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 3.º, n.ºs 3 e 5, do Decreto-Lei n.º 440/99, de 2 de Novembro, nomeio adjunta do Gabinete do Conselheiro Presidente, com a concordância do conselheiro presidente, com efeitos a partir do próximo dia 1 de Janeiro de 2005, a consultora do quadro da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, Dr.ª Maria da Conceição de Oliveira Lopes.

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio, fica a Dr.ª Maria da Conceição Oliveira Lopes autorizada a desempenhar as actividades previstas nas suas alíneas a) e b).

22 de Dezembro de 2004. — Pelo Presidente, o Vice-Presidente, *Ernesto Cunha*.

Direcção-Geral

Aviso n.º 229/2005 (2.ª série). — Pelo despacho n.º 57/04-GP, de 22 de Dezembro, do conselheiro Vice-Presidente do Tribunal de Contas, no exercício da presidência, e nos termos do artigo 74.º, n.º 1, alínea m), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, dos artigos 11.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 440/99, de 2 de Novembro, do artigo 18.º do regulamento aprovado pelo despacho n.º 46/2000-GP, de 27 de Abril, e do artigo 10.º do regulamento aprovado pelo despacho n.º 56/2000-GP, de 7 de Junho, são nomeados, em comissão de serviço, por três anos, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005, os seguintes auditores-coordenadores:

Assessor principal João Alexandre Tavares Gonçalves Figueiredo — auditor-coordenador do Departamento de Consultadoria e Planeamento.

Auditora Márcia da Conceição Condessa Brito Cardoso Vala — auditora-coordenadora dos Departamentos de Controlo Prévio e de Controlo Concomitante.

Consultora Maria Leonor Sardinha Corte-Real Amaral — auditora-coordenadora do Departamento de Auditoria I.

Auditora Maria Augusta de Campos Alvito — auditora-coordenadora do Departamento de Auditoria II.

Auditor Abílio Augusto Pereira de Matos — auditor-coordenador do Departamento de Auditoria III.

Auditora Maria da Conceição dos Santos Vaz Antunes — auditora-coordenadora do Departamento de Auditoria IV.

Auditora Maria da Luz Carmezim Pedrosa de Faria — auditora-coordenadora do Departamento de Auditoria V.

Auditora Ana Maria Fernandes de Sousa Bento — auditora-coordenadora do Departamento de Auditoria VI.

Auditor António Manuel Fonseca da Silva — auditor-coordenador do Departamento de Auditoria VII.

Inspector de finanças principal António Francisco Xavier de Sousa e Menezes — auditor-coordenador do Departamento de Auditoria VIII.

Auditora Maria Gabriela Baptista Ramos — auditora-coordenadora do Departamento de Auditoria IX.

Auditor António Manuel Barata da Costa e Silva — auditor-coordenador do Departamento de Verificação Interna de Contas.

Auditor Carlos Manuel Maurício Bedo — auditor-coordenador do Departamento de Apoio Técnico do Serviço de Apoio Regional dos Açores.

Igualmente foi nomeado, pelo mesmo despacho, o auditor Rui Alberto Águas Trindade auditor-coordenador do Departamento de Apoio Técnico do Serviço de Apoio Regional da Madeira, com efeitos a partir do dia 1 de Janeiro e até ao dia 30 de Junho de 2005. Em anexo — notas curriculares dos nomeados.

30 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral, *José F. F. Tavares*.

ANEXO

Nota curricular de João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo

1 — Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1978.

2 — Técnico superior da Administração Pública, tendo exercido tais funções de 1979 a 1983 em serviços da Secretaria de Estado da Administração Pública e Ministério da Reforma Administrativa. É actualmente assessor principal da carreira técnica superior.

3 — Exerceu funções dirigentes, como chefe de divisão, director de serviços e subdirector-geral, de 1983 a 1991, no Instituto de Reinserção Social do Ministério da Justiça, Serviço de Administração e Função Pública e Instituto de Acção Social de Macau, e em 2003 na Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo do Ministério das Finanças.

4 — Foi chefe de gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça no XII Governo Constitucional, de 1991 a 1995, e chefe de gabinete do Ministro da Justiça no XIII Governo Constitucional, de 1995 a 1999.

5 — Foi presidente do Instituto de Reinserção Social e do respectivo conselho de gestão, de 1999 a 2001, e director-geral dos Serviços Prisionais, em 2001 e 2002.

6 — É auditor-coordenador do Departamento de Consultadoria e Planeamento da Direcção-Geral do Tribunal de Contas desde Setembro de 2003.

7 — Foi membro da Comissão para a Qualidade e Racionalização da Administração Pública em 1992 e 1993, nomeado pelo Primeiro-Ministro; membro da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, autoridade administrativa independente que funciona junto da Assembleia da República, de 1994 a 2003, por designação do Governo, e membro do conselho de administração do Centro Pro-